acep

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS 2021

ÍNDICE

DO RELATORIO DE 2020 3

QUE LIÇÕES TIRAMOS DESTA PANDEMIA PARA O FUTURO DA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO? 4

PESQUISA, MONITORIA E *ADVOCACY* 5

Portugal / Os Futuro(s) da Cooperação: do Compromisso Social às Responsabilidades Partilhadas 5

Portugal / As ONG no Desenvolvimento e na Cidadania 6

DIREITOS HUMANOS.....7

Guiné-Bissau / Casa dos Direitos 7

Guiné-Bissau / Direitos das Mulheres e Jornalistas em contextos de instabilidade na Guiné-Bissau 9

SOCIEDADE CIVIL E GOVERNAÇÃO 10

S. Tomé e Príncipe / Mais Participação, Mais Cidadania 10

S. Tomé e Príncipe / Sociedade Civil pela Transparência e Integridade 11

CULTURAL, CRIATIVIDADE 12

E ECONOMIA..... 12

Países de Língua Portuguesa / Futuros Criativos 12

TRABALHO EM REDE..... 13

Países de Língua Portuguesa / Vozes de Nós ..13

Eurodad – Rede Europeia da Dívida e do Desenvolvimento.....14

EDIÇÕES 15

Futuro(s) da Cooperação: Continuidades e Rupturas.....16

Percursos de Cidadania: Encontro de ONGs de Países de Língua Portuguesa 16

Mundo Crítico n.º 6 - Espaço Cívico: Expressões de liberdade e criatividade..... 16

Aqui Estamos e a Palavra é Nossa – Mulheres de Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe..... 17

Índice de Corrupção e Governação em São Tomé e Príncipe 2021..... 17

Caderno da Casa: Manual de Jornalismo de Investigação 17

INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO . 18

OS RECURSOS DA ACEP..... 20

BALANÇO E DEMONSTRA-ÇÃO DOS RESULTADOS 23

DO RELATÓRIO DE 2020: Que rumo(s) para a cooperação portuguesa?

"Em 2020, finda o actual Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020 que, de forma genérica, serve de guião à aplicação da política da Cooperação Portuguesa. No prefácio da referida estratégia, o então Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Luís de Campos Ferreira, apontava já o rumo político da Cooperação Portuguesa, ao dizer claramente que "Portugal tem que saber articular a cooperação com outras áreas da política externa, nomeadamente a diplomacia económica e a acção cultural externa". Terminada a vigência do documento, o balanço dos últimos sete anos é, em termos gerais, negativa e vários indicadores, agora disponíveis, permitem-nos fazer essa leitura de forma informada.

Em primeiro lugar, a decisão política de não alterar a arquitectura institucional do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (que resulta da fusão entre o IPAD e o então Instituto Camões) teve repercussões na capacidade de resposta da agência para os desafios da Cooperação Portuguesa, por um lado pelo esvaziamento de recursos humanos e, a par disso, da memória institucional, e por outro lado dos cortes orçamentais a que foi sujeito, situação confrangedora para a agência que é responsável pela gestão e coordenação da política da Cooperação Portuguesa. Este desinvestimento advém da diminuição do peso político e estratégico da Cooperação, no quadro das políticas públicas portuguesa, incluindo da política externa, que tem implicações também na visibilidade pública da própria Cooperação e na (falta de) estratégica de comunicação com a sociedade.

Nestes anos de vigência da estratégia, é também notório o desinvestimento progressivo na Ajuda Pública ao Desenvolvimento, sobretudo a nível bilateral, e a aposta na ajuda multilateral (representando cerca de dois terços da APD), uma tendência que coloca a Cooperação Portuguesa numa situação cada vez mais periférica e pode comprometer décadas de investimento, nomeadamente na sua relação com os principais países parceiros de cooperação. O aumento exponencial do investimento na Cooperação Multilateral, sobretudo para a União Europeia, está intrinsecamente relacionado com a aposta na Cooperação Delegada, que está a esgotar as capacidades institucionais neste domínio e, como consequência, vem diminuindo as capacidades para a realização de programas e projectos da iniciativa da Cooperação Portuguesa e dos seus parceiros de intervenção. Esta subalternização à Cooperação Delegada, incluindo a sociedade civil, coloca-nos numa postura de meros prestadores de serviços e implementadores de uma política de Cooperação discutida e decidida em Bruxelas.

É particularmente importante aproveitar esta oportunidade para debater princípios e valores que devem nortear as acções da Cooperação Portuguesa, uma vez que intervêm inúmeros actores e se pretende um cada vez maior envolvimento do sector privado que, para muitos, é muito questionável. Neste contexto, é crucial questionar procedimentos, balizar as acções e apostar na transparência. É igualmente fundamental investir na avaliação dos processos e programas da Cooperação Portuguesa, uma vez que é uma área que tem ficado aquém na sua intervenção. Sendo da responsabilidade do Camões, I.P., a monitoria e avaliação são dimensões centrais para corrigir eventuais falhas e, acima de tudo, aprender com as lições de programas anteriores, de forma a aumentar a eficácia e a qualidade da própria política.

Em Janeiro de 2019, a equipa editorial da *Mundo Crítico* divulgou seis propostas para debate sobre a Cooperação Portuguesa. Entre algumas das preocupações já enumeradas anteriormente, acrescem duas dimensões que são igualmente relevantes: investigação / produção de conhecimento e a comunicação e ligação à opinião pública. Importa questionar de que forma a produção científica portuguesa tem contribuído para responder aos desafios do sector e, por outro lado, qual a percepção pública e o conhecimento que a sociedade detém sobre aquilo que efectivamente *é* a Cooperação Portuguesa.

É, por isso, necessário um novo consenso alargado sobre a visão para a Cooperação Portuguesa, perante os novos desafios universais, sobretudo num momento de recuperação lenta da (ainda em curso) crise pandémica. O espaço privilegiado de contacto e de consensualização alargado entre todos os actores – o Fórum da Cooperação – é cada vez mais uma plataforma de informação da Secretaria de Estado da tutela com os restantes actores, e nos últimos dois anos não tem reunido com a regularidade prevista.

Enquanto actores da sociedade civil, aguardamos com expectativa o envolvimento no debate sobre as áreas prioritárias desta política, instrumentos a utilizar e actores prioritários a envolver. Será a partir da análise da anterior visão (o que foi feito e o que ficou por fazer) e da avaliação dos desafios que se nos colocam à escala global (crescente polarização política, regresso dos nacionalismos, novas situações de fragilidade, desigualdades entre e *dentro* dos países, migrações, etc…) que a Cooperação Portuguesa traçará um novo rumo e iniciará um novo período de vigência. A nós, sociedade civil, cabe-nos a tarefa de procurar influenciar o documento final, monitorizar a sua aplicação, questionar eventuais desvios e influenciar o(s) rumo(s) que a estratégia (ou a falta dela) tomará".

QUE LIÇÕES TIRAMOS DESTA PANDEMIA PARA O FUTURO DA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO?

O ano de 2021 foi todo ele influenciado pelos diversos impactos da pandemia COVID 19, nas vidas das pessoas, das comunidades, dos países e à escala global.

Intervindo há cerca de 25 anos na Cooperação para o Desenvolvimento, a ACEP não pode deixar de reflectir sobre como esses impactos se manifestaram na Cooperação, do nível local ao global.

Propomos três lições a tirar, que não se fecham com um eventual fim da (desta) pandemia, por um lado, e, por outro, que vêm confirmar alertas e visões críticas sobre "esta" cooperação para o desenvolvimento e as relações internacionais em que se insere:

1ª: confirma-se que o grande desafio, da escala local à global, é o que é colocado pela permanência e/ou agravamento das desigualdades. Quem tem acesso às vacinas, quando e como, ou a apoios sociais adequados foram ilustrações desse desafio, que nem as proclamações repetidas do compromisso com a solidariedade conseguiram disfarçar. Continuar a colocar o foco na luta contra a pobreza fora de uma estratégia de luta contra as desigualdades dá respostas pontuais e localizadas mas ilude a real dimensão dos problemas (políticos, económicos, sociais, ambientais).

2ª: confirma-se que sem estados estruturados, com políticas públicas consistentes e recursos de vários tipos para as pôr em prática, sem a Ajuda Pública ao Desenvolvimento não há respostas que garantam os direitos de todo(a)s. O compromisso com a realização dos direitos humanos, não pode traduzir-se na subdelegação de responsabilidades dos estados, na utilização das organizações sociais locais como recursos de baixo custo, na transferência massiva de recursos para lógicas de fins lucrativos ou de criação de instâncias paralelas e de substituição. E são os recursos da APD os que garantem as respostas em situações como a que vivemos.

3ª: confirma-se a necessidade de a Cooperação Portuguesa reconhecer a urgência de se envolver no debate (e que se reflita depois na estratégia), sobre a localização da cooperação a dois níveis: o nível da eficácia da Ajuda (quem conhece e permanece são as instâncias locais) e o nível das relações de poder (quem tem o direito de definir estratégias, políticas e programas, as prioridades na gestão dos recursos e as parcerias para as efectivar são as instâncias sociais e politicas locais).

PESQUISA, MONITORIA E *ADVOCACY*

Portugal / Os Futuro(s) da Cooperação: do Compromisso Social às Responsabilidades Partilhadas

parceria **ACEP** Associação para a Cooperação Entre os Povos, **CEsA** Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina

financiamento
Camões - Instituto da Cooperação e da Língua

Este projecto teve inicia no segundo semestre de 2020 com vista a dar continuidade ao trabalho de sistematização, produção de conhecimento e de influência política sobre o rumo da política da Cooperação Internacional Portuguesa, onde se inclui a continuidade da revista Mundo Crítico. Permite também o trabalho com jornalistas no âmbito das bolsas de criação jornalística. A situação de pandemia teve naturalmente consequências no desenvolvimento dos trabalhos seja nesses meses de 2020 seja ao longo de todo o ano de 2021. No entanto, a reflexão sobre os impactos da pandemia e a procura de sistematização de lições para o futuro da cooperação foram integrados nas várias actividades do projecto. Em 2021 o foco dos trabalhos foi a realização do documento de posicionamento da ACEP sobre o futuro da cooperação, coincidindo com o termo da vigência da Estratégia nacional e a elaboração da nova estratégia.

A equipa constituída internamente à ACEP definiu como um dos elementos centrais da metodologia a auscultação de parceiros (em particular de outras geografias que não Portugal ou a Europa) e pessoas de referência no sector (cerca de dezena e meia). Estruturado em 4 partes (Pontos de Partida e de Chegada, Cooperação Portuguesa, Cooperação Europeia e Espaço da Sociedade Civil), passou por um segundo momento de auscultação com a apresentação do 1º *draft* aos participantes do encontro de ONGs portuguesas e de África e do Brasil, organizado pela ACEP em Lisboa no outono.

A 6ª edição da Mundo Crítico teve o tema o Espaço Cívico com conversa imperfeita, reflexões, histórias e produtos de expressões artísticas, representando cerca de vinte colaborações de diversas geografias. A apresentação, com a conversa imperfeita, realizou-se na Fundação Gulbenkian, integrada no encontro de ONGs. No fecho do ano iniciou-se a preparação da 7ª edição, centrada no tema do ambiente. O Conselho Editorial teve uma alteração, com a saída de Luis Mah, professor do ISEG e investigador do CEsA e a entrada de Maria Hermínia Cabral, directora do Programa Gulbenkian Parcerias para o Desenvolvimento.
Nas Bolsas de Criação Jornalística foram selecionadas, entre 22 propostas, as do jornalista do Público, Antonio Rodrigues, sobre sociedade civil em São Tomé e Principe e a da jornalista Susana André, da SIC, sobre iniciativas com crianças num bairro de lata da cidade de Lagos, na Nigéria.
Nos últimos meses do ano iniciou-se a preparação de um álbum com os trabalhos de de 5 anos das Bolsas, a lançar em 2022.

Portugal / As ONG no Desenvolvimento e na Cidadania

parceiros **ACEP**, **e CEI/ISCTE** Centro de Estudos Internacionais do ISCTE

percursos de cidadania

ENCONTRO DE ONGS DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

site https://projecto-acep.wixsite.com/ong-portuguesas
financiamento **Camões** – Instituto da Cooperação e da Língua

Face às grandes mudanças que se vêm verificando no mundo da cooperação, nos países de língua oficial portuguesa, incluindo em Portugal, este projecto procurou melhorar a compreensão do contexto da intervenção das ONG como expressões de cidadania e actores do desenvolvimento e as novas exigências ao nível identitário, conhecer as percepções mútuas que determinam a qualidade das relações com outros e favorecer a sua intervenção e o seu reconhecimento junto de actores públicos e privados. Num primeiro momento (em 2020), foi lançado o estudo *As ONG perante as mudanças globais*, que reúne diferentes percepções sobre o papel das ONGD portuguesas na cooperação e na cidadania. Ao longo de 2021, e embora ainda com restrições nos encontros presenciais, face à pandemia de COVID-19, a ACEP encetou um conjunto de seminários e sessões de discussão, essencialmente com estudantes ao nível do ensino superior, em áreas como a cooperação, as relações internacionais e o jornalismo. Após uma avaliação das condições de realização de um encontro presencial, com convidados internacionais de diferentes países de língua portuguesa, realizou-se em Outubro de 2021, o 2.º Encontro das ONGs de Países de Língua Portuguesa, cerca de 20 anos depois de um encontro semelhante promovido pela ACEP. Ao longo de dois dias de debate, os/as convidados/as debateram o papel da sociedade civil no actual panorama nacional e internacional e os desafios que em conjunto enfrentamos. As sessões integraram diferentes gerações, permitindo assim um olhar sobre o passado e a memória histórica dos movimentos de sociedade civil e perspectivar o futuro, a

partir do presente e desse passado. Do encontro, resultou ainda uma declaração que resume as discussões, inquietações e ideias que daí emanaram – um documento que serve de roteiro para o trabalho de influência política que as diferentes OSC levarão a cabo nos diferentes contextos, para reivindicar por um maior e melhor espaço cívico.

DIREITOS HUMANOS

Guiné-Bissau / Casa dos Direitos

site **www.casadosdireitos-guinebissau.blogspot.com**
parceria **ACEP** Associação para a Cooperação Entre os Povos, **AMIC** Associação dos Amigos das Crianças, **LGDH** Liga Guineense dos Direitos Humanos, **RA** Rede Ajuda, Cooperação e Desenvolvimento, **RENAJ** Rede Nacional de Juventude, **RENLUV** Rede Nacional de Luta contra a Violência baseada no Género e Criança e a **Tiniguena - Esta Terra é Nossa**

financiamento
Camões – Instituto da Cooperação e da Língua
Fundação Calouste Gulbenkian

A Casa dos Direitos atravessou o ano de 2021 marcada por duas situações que representaram desafios principais: por um lado a pandemia COVID 19 e por outro a grande instabilidade política com continuadas ameaças aos direitos humanos.

Nesse contexto, a Casa continuou a surgir como a referência à protecção e promoção dos direitos, com a continuação de actividades emblemáticas, como as Conversas ligadas aos direitos das mulheres, iniciativas sobre direitos das crianças mas reforçando a intervenção no domínio do direitos à informação e liberdade de expressão, alvo de maiores ataques.

Aliás, o consórcio da Casa foi reforçado neste ano com mais duas organizações – uma especializada nos direitos das mulheres, a MIGUILAN e outra, dos direitos das mulheres jornalistas e profissionais de comunicação social, a AMPROCS.

Outra actividade emblemática realizada foi a Quinzena dos Direitos, em Dezembro, com a participação efectiva de várias dezenas de organizações, em actividades muito diversificadas e que incluíram mais uma vez a atribuição do Premio de Jornalismo e Direitos Humanos.

A pesquisa do Observatório dos Direitos neste ano focou-se no impacto do COVID nos Direitos

Humanos, tendo também promovido uma Audição Pública, sobre o tema, iniciativas promovidas pela ACEP, o CEsA e a LGDH. Esta Audição Pública, com transmissão em directo na radio e nas redes sociais, deu voz a representantes de diversos sectores da sociedade sobre como a COVID afectou os direitos humanos no seu sector de actividade ou como a COVID foi aproveitada para restringir direitos. Desta actividade resultaram vários produtos para diferentes públicos – uma publicação na coleção Desafios, com o relatório científico do Observatório e os depoimentos da Audição, uma exposição fotográfica e um vídeo, para utilização posterior. Ainda no trabalho de sensibilização e com recurso a expressões artísticas, foi convidada a fotógrafa portuguesa Ines Gonçalves, para a realização de uma exposição sobre mulheres jornalistas guineenses.

Ao longo do ano o Consórcio da Casa dos Direitos retomou o exercício de reflexão estratégica que havia sido interrompido em 2020 pelo agravamento da situação política e pelo surgimento da covid.
A planificação até 2025 conclui-se, tendo os seus resultados sido apresentados no final do ano na Mesa Redonda de Doadores organizada para o efeito.
De facto, quase a assinalar 10 anos de existência e tendo-se construído como o espaço de referência da sociedade civil para a defesa e promoção dos direitos humanos é contraditório que a maior parte dos financiadores internacionais da Guiné-Bissau não tirem daí as ilações também do ponto de vista da garantia das condições financeiras de existência da Casa e não a incluam nas suas estratégias de promoção dos direitos e de apoio à sociedade civil. Se exceptuarmos a Cooperação Portuguesa e a Fundação Gulbenkian, os outros financiadores internacionais têm-se limitado a apoios para actividades pontuais de acordo com as suas próprias agendas e/ou segundo preocupações de visibilidade.
A mesa redonda procurou romper com esse ciclo vicioso, iniciando um diálogo político mais estruturado a partir da sua visão estratégica para os próximos anos e apresentando um portfolio de projectos
No momento da elaboração deste relatório os resultados do processo iniciado não eram ainda muito encorajadores.

Guiné-Bissau / Direitos das Mulheres e Jornalistas em contextos de instabilidade na Guiné-Bissau

parceria **ACEP** Associação para a Cooperação Entre os Povos, **LGDH** Liga Guineense dos Direitos Humanos, **AMPROCS** Associação de Mulheres Profissionais da Comunicação Social e **MIGUILAN** Mindjeris di Guiné Nô Lanta

financiamento
Camões – Instituto da Cooperação e da Língua

Perante uma situação de degradação política do país, agravada pela situação de pandemia e as restrições de direitos e liberdades a que ela deu origem, existem grupos da sociedade que se tornam simultaneamente mais vulneráveis e em situação de risco, mas ao mesmo tempo que contêm em si, pelas experiências de resistência, de resiliência e de inovação vividas até aqui, um potencial de agentes de transformação da sua própria situação e também da sociedade. São os casos das mulheres, e nomeadamente as mulheres jovens e também os jornalistas, seja dos media tradicionais seja de media comunitários ou de novos media. Foi neste contexto que a ACEP, juntamente com outras OSC membros da Casa dos Direitos especializados na monitoria de direitos das mulheres e jornalistas, propôs este projecto à Cooperação Portuguesa, de forma a criar condições de reforço do papel das mulheres e dos/as jornalistas na promoção de direitos e liberdades para a promoção da estabilidade e da paz na Guiné-Bissau. O primeiro ano de projecto tem-se centrado sobretudo na criação de sistemas de monitoria de direitos de mulheres, nomeadamente dos direitos políticos, sociais e económicos, e da liberdade de imprensa e de actuação cívica. Ao longo de 2022, será aprofundado e testado o sistema de monitoria que posteriormente irá apoiar as restantes actividades, nomeadamente as acções de capacitação em matéria de liderança, de influência, de diálogo social e também de atendimento de emergência em situações extremas e na construção de estratégias e meios de sensibilização, advocacia e comunicação sobre esses direitos. Em discussão está também a criação de um sistema de recolha e tratamento sobre liberdade de imprensa e de discurso de ódio, que será alojado numa plataforma que funcionará como reportório de casos de violação desses direitos, mas também como sítio de denúncia, por parte da sociedade.

SOCIEDADE CIVIL E GOVERNAÇÃO

S. Tomé e Príncipe / Mais Participação, Mais Cidadania

participação
cidadania

parceiros **ACEP**, **AJS** Associação de Jornalistas Santomenses, **FONG-STP** Federação das ONG em São Tomé e Príncipe, **FNF** Fundação Novo Futuro, **PDHEG** Plataforma para Direitos Humanos e Equidade de Género

financiamento União Europeia e Camões – Instituto da Cooperação e da Língua

No terceiro ano de projecto apostou-se no trabalho em rede entre OSC e com os municípios, ligado ao reforço de mecanismos de participação no país. O perito Nelson Dias dinamizou uma formação sobre o orçamento participativo (OP), que envolveu responsáveis políticos e técnicos das câmaras de Lembá, Caué e Água Grande, jornalistas e o então Ministério dos Assuntos Parlamentares e Descentralização. Esta actividade procurou iniciar o processo de discussão de implementação de experiências-piloto de orçamento participativo no país. Em 2022, prevê-se a realização de um intercâmbio entre as câmaras distritais de Lembá, Caué e Água Grande e câmaras municipais portuguesas, responsáveis por OP de referência a nível nacional e internacional.
No Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, a Rede de Jornalistas dinamizou diversas actividades ao longo de uma semana, centradas na importância do acesso à informação.
Em Junho de 2021, Ernestina Menezes, Ana Sofia Fernandes e Alexandra Abreu conduziram uma formação sobre o orçamento sensível ao género, que procurou preparar as ONGs da Rede das Mulheres para a apresentação de propostas de integração da perspectiva de género no Orçamento Geral do Estado de 2022.
Em Setembro de 2021, foi apresentado o anteprojecto do regulamento dos Conselhos Consultivos Locais e Regional, que resultou de um processo de consulta com membros de organizações da sociedade civil e presidentes das câmaras de todos os distritos.
No final do ano, a 3ª edição da Quinzena da Cidadania teve como tema central o “Ambiente e a Gestão de Recursos Naturais”. Foram dinamizados debates, apresentação de estudos e relatórios, uma feira do livro, ateliers com crianças e exposições fotográficas. A 3ª Quinzena da Cidadania foi também palco do encontro “Media e Cidadania”, que reuniu profissionais da comunicação, membros de organizações da sociedade civil e académicos para discutir a relação entre jornalismo e democracia, a desinformação, o papel do jornalismo local e comunitário e os desafios do jornalismo na perspetiva dos países em

desenvolvimento. A situação pandémica dificultou a realização de actividades presenciais, como o intercâmbio internacional sobre experiências de participação. Nesse sentido, optou-se pelo prolongamento do projecto por seis meses, até Junho de 2022.

S. Tomé e Príncipe / Sociedade Civil pela Transparência e Integridade

sociedade civil
transparência
integridade

parceiros **ACEP** e **FONG-STP** Federação das ONG em São Tomé e Príncipe

financiamento União Europeia e Camões – Instituto da Cooperação e da Língua

O segundo ano do projecto "Sociedade Civil pela Transparência e Integridade" procurou reforçar a capacitação de OSC e jornalistas, nos domínios da monitoria de políticas públicas e da acção governativa, por um lado, e promover a reflexão e sensibilização de políticos e cidadãos sobre estas temáticas, por outro. O director da ONG angolana ADRA, Carlos Cambuta, dinamizou uma formação dirigida a membros de organizações da sociedade civil sobre mecanismos de análise orçamental. Em Junho, foram atribuídas 3 bolsas jornalísticas para a realização de reportagens sobre corrupção e impunidade. O jornalista e director do Instituto MISA, Ernesto Nhanale, foi responsável por uma formação sobre jornalismo de investigação, dirigida a jornalistas e técnicos das rádios comunitárias. Na segunda metade do ano, membros da Rede da Sociedade Civil para a Boa Governação foram formados em métodos de recolha e tratamento de dados para a produção do Índice de Governação e Corrupção em São Tomé e Príncipe. O processo de recolha, tratamento de dados e redação do índice foi coordenado pelo consultor Ernesto Nhanale. Prevê-se que o documento seja apresentado em 2022, durante o Intercâmbio Internacional sobre Governação e Luta contra a Corrupção.
Em Novembro, decorreu a terceira edição da Quinzena da Cidadania, centrada no tema

"Ambiente e Gestão de Recursos Naturais". A acção é uma parceria entre os projectos "Mais Participação, Mais Cidadania" e "Sociedade Civil pela Transparência e Integridade".
Durante o ano de 2021, no sentido de colmatar os constrangimentos impostos pela pandemia, apostou-se na comunicação online, através da elaboração de vídeos infográficos disseminados no blog do projecto e na TVS, o canal público de televisão santomense.
Como resultado da pandemia COVID-19, optou-se por prolongar o projecto até Abril de 2022, de forma a realizar o intercâmbio internacional de forma presencial, tendo-se considerado a opção online como desajustada para os efeitos pretendidos. Serão convidados membros de OSC, jornalistas e investigadores dos países de língua oficial portuguesa e responsáveis de organizações e iniciativas internacionais de referência, como a Transparência Internacional, a Fundação Mo Ibrahim ou o *The Economist Intelligence Unit*.

CULTURAL, CRIATIVIDADE E ECONOMIA

Países de Língua Portuguesa / Futuros Criativos

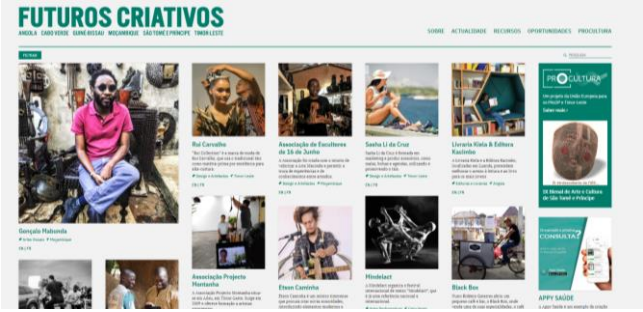
FUTUROS CRIATIVOS

financiamento Camões – Instituto da Cooperação e da Língua

A plataforma "Futuros Criativos" tem permitido divulgar iniciativas criativas, oportunidades de financiamento e de formação no sector e o trabalho, iniciativas e produtos elaborados por profissionais do sector criativo nos países de língua oficial portuguesa. Em 2021, o site

Futuros Criativos foi reformulado, com o objectivo de destacar as novas iniciativas introduzidas, facilitar a pesquisa dentro do site e aumentar o número de visitantes.
Durante este período, a plataforma foi visitada por cerca de 8 mil utilizadores, de 90 países. Foi desenhada igualmente uma solução de tradução de resumos dos conteúdos publicados em inglês e francês. A solução concebida será implementada em 2022. As línguas mais comuns dos utilizadores do web-site Futuros Criativos são o português (67% dos utilizadores), o inglês (22%) e o francês (3%).
Foram identificados profissionais do sector para colaborar na pesquisa de informação sobre eventos, estudos, oportunidades de formação e de financiamento, alterações legais no sector e para apoiar na realização de vídeos que a ACEP venha a realizar sobre iniciativas criativas nos países. As antenas terão especial atenção à questão da igualdade de género, procurando privilegiar projectos liderados por mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis e oportunidades e eventos que promovam a igualdade de género e o emprego jovem.

Em 2022, pretende-se promover a ligação com as seis antenas, reforçar o mapeamento de novas iniciativas e apostar na comunicação e no aumento da visibilidade de iniciativas, eventos e produtos criativos, através da criação de uma newsletter Futuros Criativos.



TRABALHO EM REDE

Países de Língua Portuguesa / Vozes de Nós

site **www.vozes-de-nos.blogspot.com**

parceiros **ACEP**, **ACRIDES** – Associação Crianças Desfavorecidas, **AMIC** – Associação dos Amigos da Criança, **CRIA** – Centro de Referência Integral de Adolescentes, **FCJ** – Fórum Comunicação e Juventude, **FNF** – Fundação Novo Futuro, **MDM** – Meninos De Moçambique, **Okutiuka**

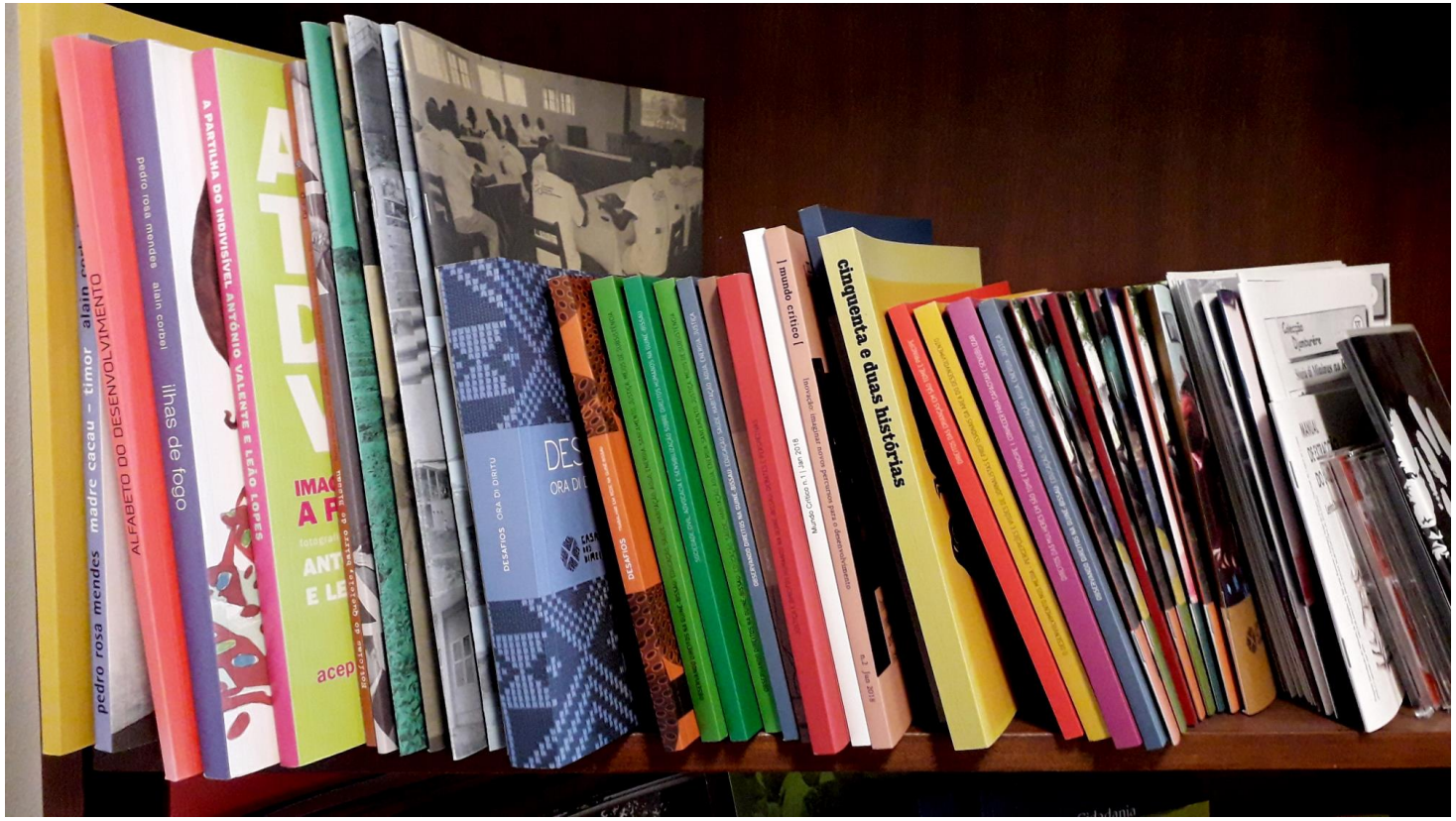
financiamento CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa

A Rede Vozes de Nós dinamizou a quarta fase do projecto Meninos de Rua entre 2018 e 2019. A situação de pandemia afectou fortemente a possibilidade de manter o trabalho conjunto quando cada organização no seu país se viu confrontada com a necessidade de resposta a novos problemas ou sobretudo a novas situações.
Dos contactos mantidos ressaltavam por exemplo a necessidade de fazer face ao agravamento de situações como a da violência doméstica, o abuso sexual de crianças, o casamento forçado e precoce, em contextos onde os estados não estiveram capazes de dar respostas sociais minimamente adequadas ao contexto COVID, com a quebra de rendimentos das famílias, ou a paralisação de instituições sociais integradoras, como as escolas.
No final de 2021 começou a ser delineado um caminho para prosseguir o trabalho conjunto a partir do levantamento de situações em cada país e a possibilidade de reencontro presencial para final do ano de 2022.

Eurodad - Rede Europeia da Dívida e do Desenvolvimento

site https://www.eurodad.org/

A ACEP é aliada da Eurodad, uma rede composta por 59 organizações da sociedade civil, de 28 países europeus que trabalham as questões do financiamento do desenvolvimento, da dívida e da justiça fiscal. No âmbito desta parceria, a ACEP procura reforçar a sua intervenção, bem com a de organizações da sociedade civil e de jornalistas dos PALOP, nos campos da monitoria da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, da dívida e do financiamento para o desenvolvimento. Em 2021, a ACEP, em parceria com a Eurodad e a Plataforma Portuguesa das ONGD, promoveu um debate sobre a dívida no contexto da crise pandémica em Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique. Foram traduzidos para português e disseminados relatórios sobre a dívida e o financiamento do desenvolvimento, produzidos por organizações da sociedade civil, como a Debt Justice e a Eurodad. A ACEP participou em diversas campanhas de sensibilização e tomadas de posição durante este período, sobre questões como a contabilização de doações do excedente de vacinas como APD ou a necessidade de reconhecer a ligação entre a crise climática e a crise da dívida. Em Novembro de 2021, a ACEP participou no encontro em Bruxelas, promovido pela Eurodad, que procurou reunir os membros novos e antigos para discutir estratégias conjuntas de investigação, advocacia e influência política nos domínios da justiça económica, fiscal, financeira e climática.

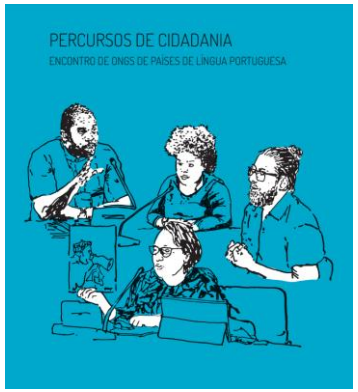


EDIÇÕES

A ACEP, no âmbito da sua intervenção, tem procurado sempre sistematizar experiências e contribuir para a construção de conhecimento na área do Desenvolvimento e da Cooperação. Na maior parte das vezes, trata-se de processos colectivos, que envolvem parceiros, colaboradores, pessoas recurso, instituições convidadas, cruzando várias áreas de intervenção e do conhecimento, assim como diferentes geografias.

Futuro(s) da Cooperação: Continuidades e Rupturas

Num momento de definição de uma nova estratégia da Cooperação Portuguesa e de alterações profundas no campo da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, aceleradas pela pandemia de COVID-19, a ACEP desenvolveu este documento, onde analisa o rumo da Cooperação Portuguesa desde há cerca de 25 anos (quando iniciou o seu percurso nesta área) e identifica possíveis futuros para o campo da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, a partir de continuidades e de rupturas.

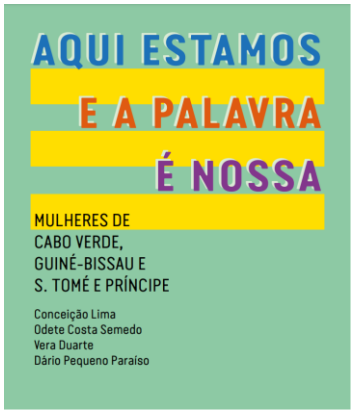


Percursos de Cidadania: Encontro de ONGs de Países de Língua Portuguesa

Mais de 20 anos depois do primeiro encontro, vários representantes de ONGs de países de língua portuguesa voltaram a reunir-se para uma reflexão e debate sobre o contexto da intervenção das ONGs, como expressões de cidadania e actores do desenvolvimento, e sobre os desafios e percepções mútuas que determinam a qualidade das relações com outros actores sociais relevantes. As várias intervenções e contributos resultantes deste encontro foram transcritas e editadas neste livro.

Mundo Crítico n.º 6 - Espaço Cívico: Expressões de liberdade e criatividade

A sexta edição da Mundo Crítico procura reunir reflexões sobre os desafios das diferentes esferas do espaço cívico, explorando as suas múltiplas dimensões e a forma como as ONGs e outros grupos procuram ultrapassar obstáculos e ampliar o seu raio de actuação. Entre os convidados deste número encontram-se o investigador do Instituto de Direitos Humanos, Antoine Buyse (Países Baixos), e a activista e jornalista moçambicana, Zenaida Machado; e terá lugar no Auditório 3 da Fundação Calouste Gulbenkian.

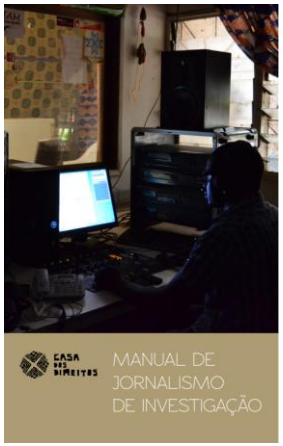


Aqui Estamos e a Palavra é Nossa - Mulheres de Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe

Este livro resulta do registo fotográfico, também traduzido em exposição itinerante, como reforço da ideia de que as mulheres são detentoras e protagonistas dos seus direitos, independentemente do lugar onde nascem ou vivem. E que têm voz que deve ser ouvida, mesmo que sejam rostos, muitos deles em silêncio, como aqueles que o olhar perscrutante da escritora Odete Costa Semedo observa nos mercados de Bissau.

Índice de Corrupção e Governação em São Tomé e Príncipe 2021

Índice de Corrupção e Governação em São Tomé e Príncipe 2021 é um instrumento de avaliação baseado em diversos indicadores que visam medir os avanços e retrocessos nos esforços de combate à corrupção e de promoção da boa governação no país. O relatório mede dois tipos de indicadores em simultâneo: os quantitativos, que permitem estabelecer o índice numa escala de 0 a 100 e os qualitativos, que permitem recolher as percepções dos entrevistados sobre o contexto e as causas da avaliação feita para cada um dos indicadores.



Caderno da Casa: Manual de Jornalismo de Investigação

O *Caderno da Casa: Manual de Jornalismo de Investigação* foi realizado pela jornalista, documentarista, professora universitária e doutoranda em Estudos em Comunicação para o Desenvolvimento Vanessa Ribeiro Rodrigues. Este manual procura apontar pistas para a prática do Jornalismo de Investigação, na expectativa de poder inspirar o desenvolvimento de muitas histórias com impacto, que possam criar mudanças sociais no seio das comunidades.

INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

A ACEP tem continuado a explorar as potencialidades da comunicação electrónica, seja através da participação nas redes sociais, seja com a criação de espaços, sob o formato de blogue, expressamente concebidos para objectivos muito concretos. Este tipo de recursos pretende assim responder a dois tipos de necessidades: - por um lado, as relativas às actividades de projectos, tornando acessíveis as suas iniciativas e resultados e,
- por outro, as necessidades de abrir a casa e as suas actividades ao escrutínio externo, através da partilha de informação de diversos tipos com um público mais amplo, tanto de pessoas individuais como de instituições.

_ Facebook

www.facebook.com/ACEP.ONGD
www.facebook.com/estoriasdigualdade

_ Cantos do Sul – a newsletter da acep

A *newsletter* institucional da ACEP é um dos principais instrumentos de comunicação utilizado pela ACEP para divulgar as suas actividades. Ler mais

_ www.acep.pt - um sítio onde se pode encontrar informação institucional sobre a ACEP e ligações com os projectos
O site da ACEP foi reformulado em 2016 de forma a corresponder mais a um espaço institucional articulado com os espaços virtuais de projectos e iniciativas.

_ Alfabeto do Desenvolvimento

www.projectoalfabeto.wix.com/desenvolvimento

_Mundo Crítico

https://www.mundocritico.org/

_Direitos das Mulheres em STP

www.direitosmulheresstp.wordpress.com

_Futuros Criativos

www.futuroscriativos.org

_52 Histórias (uma agenda perpétua)

www.52historias.blosgpot.com

_Aquele Outro Mundo que é o Mundo

www.projectomedia.wix.com/aqueleoutromundo

_ Casa dos Direitos / Guiné-Bissau

www.casadosdireitos-guinebissau.blogspot.com

_ e-storias d'igualdade

www.e-storiasdigualdade.com

_ Melhor Cooperação, Melhor Desenvolvimento

www.cooperacao-desenvolvimento.blogspot.com

_ Observatório dos Direitos

www.observatoriodireitos-guinebissau.blogspot.pt

_ Sociedade Civil STP

www.sociedadecivilstp.blogspot.com

_ Vozes de Nós

www.vozes-de-nos.blogspot.com

© ACEP, São Tomé e Príncipe

OS RECURSOS DA ACEP

O volume de novos fundos recebidos em 2021 registou um relativo crescimento de 9% face a 2020 e a estrutura das respectivas origens mantém um relativo equilíbrio das quotas de financiamento entre fundos públicos portugueses e fundos europeus. A parte de fundos privados e teve uma ligeira quebra. Tal como dizíamos no relatório de 2020, "estes números relativos aos fundos recebidos não traduzem, no entanto ainda os impactos da pandemia. Eles surgirão provavelmente a partir de 2022, como reflexo dos adiamentos na abertura de candidaturas no quadro das linhas de financiamento por parte de alguns financiadores, em particular ao nível das delegações da União Europeia". Os impactos que eram visíveis em 2020 na demonstrações de resultados, afectadas pela redução do nível de actividade, foram ultrapassados com uma recuperação significativa do nível de execução. A partir do início da pandemia, colocou-se às organizações com actividade na cooperação para o desenvolvimento, a necessidade de opção relativamente à manutenção ou suspensão dos projectos em curso. Esta decisão foi aliás suscitada por alguns financiadores, nomeadamente pela União Europeia, que tem previsto nos seus regulamentos a possibilidade de suspensão dos contratos em situações como a vivida com a pandemia. Como dizíamos no relatório de 2020, "para a ACEP a opção não oferecia dúvidas, pois que a suspensão dos contratos implicava automaticamente o congelamento dos financiamentos tanto ao nível dos salários como do funcionamento das organizações parceiras, o que não nos parecia aceitável – a solidariedade como um dos princípios base da Cooperação Internacional era aqui posta à prova".

Recorrendo a formas de trabalho diversas, com criatividade e recurso a tecnologias de comunicação de forma mais intensiva, foi possível continuar as intervenções no contexto pandémico pois que desde sempre a ACEP tem tido uma opção clara e consistente de localização da cooperação. Quer isto dizer, que a cooperação desenvolvida pela ACEP assenta em parcerias de facto com organizações locais, não as substituindo e partilhando o poder a diversos níveis. De facto, a pandemia não implicou fecho ou redução de actividade de escritórios locais ou retirada de expatriados porque nunca os teve, os parceiros não viram os seus recursos reduzidos porque sempre tiveram o poder de os co-gerir e neste percurso de cooperação as organizações sempre fizeram o seu caminho de criação de auto-confiança, responsabilização e apropriação dos projectos e das intervenções.

A consequência mais gravosa da pandemia para a ACEP e parceiros tem assim a ver não com a estratégia e metodologias de intervenção, mas sim com a retração do financiamento internacional do desenvolvimento e em particular a retração ou alteração dos mecanismos de financiamento às ONGs. Tal tem acontecido seja pela via da suspensão de candidaturas a novos fundos, seja pela via de subcontratação de gestores de grandes pacotes de financiamento que não estão vinculados às mesmas normas de acesso transparente como estão vinculadas as suas representações locais. As consequências serão muito visíveis em 2022.

Fundos	2015 (€)	%	2016 (€)	%	2017 (€)	%	2018 (€)	%	2019 (€)	%	2020 (€)	%	2021	%
Fundos públicos portugueses	205.462	38	186.257	50	247.208	48	182.114	32	264.241	63	215.014	46	274.000	53
Fundos europeus	161.839	30	127.655	34	153.163	30	282.206	49	66.341	16	204.302	43	207.586	41
Fundos multilaterais	60.000	11	-	-	41.892	8	58.953	10	29.477	7	-	-	-	-
Fundos privados e fundos próprios	113.740	21	60.376	16	70.935	14	49.742	9	59.093	14	52.014	11	30.546	6
Total	541.042	100	374.289	100	513.198	100	573.015	100	419.152	100	471.330	100	512.132	100

BALANÇO E DEMONSTRA-ÇÃO DOS RESULTADOS

ACEP - Associação Para A Cooperação Entre Povos

NIPC: 502 514 175

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados		21 803,09	37 683,35
Subsidios, doações e legados à exploração		449 926,34	361 697,93
Custo das mercadorias vendidas e consumidas		(21,86)	(80,12)
Fornecimentos e serviços externos		(379 860,75)	(321 301,21)
Gastos com pessoal		(90 236,20)	(93 663,69)
Outros rendimentos e ganhos		1 099,19	2 847,10
Outros gastos e perdas		(992,00)	(540,42)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**1 717,81**	**(13 357,06)**
Gastos / reversões de depreciação e de amortização			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**1 717,81**	**(13 357,06)**
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			(11,09)
Resultado antes de impostos		**1 717,81**	**(13 368,15)**
Imposto sobre o rendimento do exercício			
Resultado liquido do período		**1 717,81**	**(13 368,15)**

Contab. Certif. **A Direcção**

ACEP - Associação Para A Cooperação Entre Povos
NIPC: 502 514 175

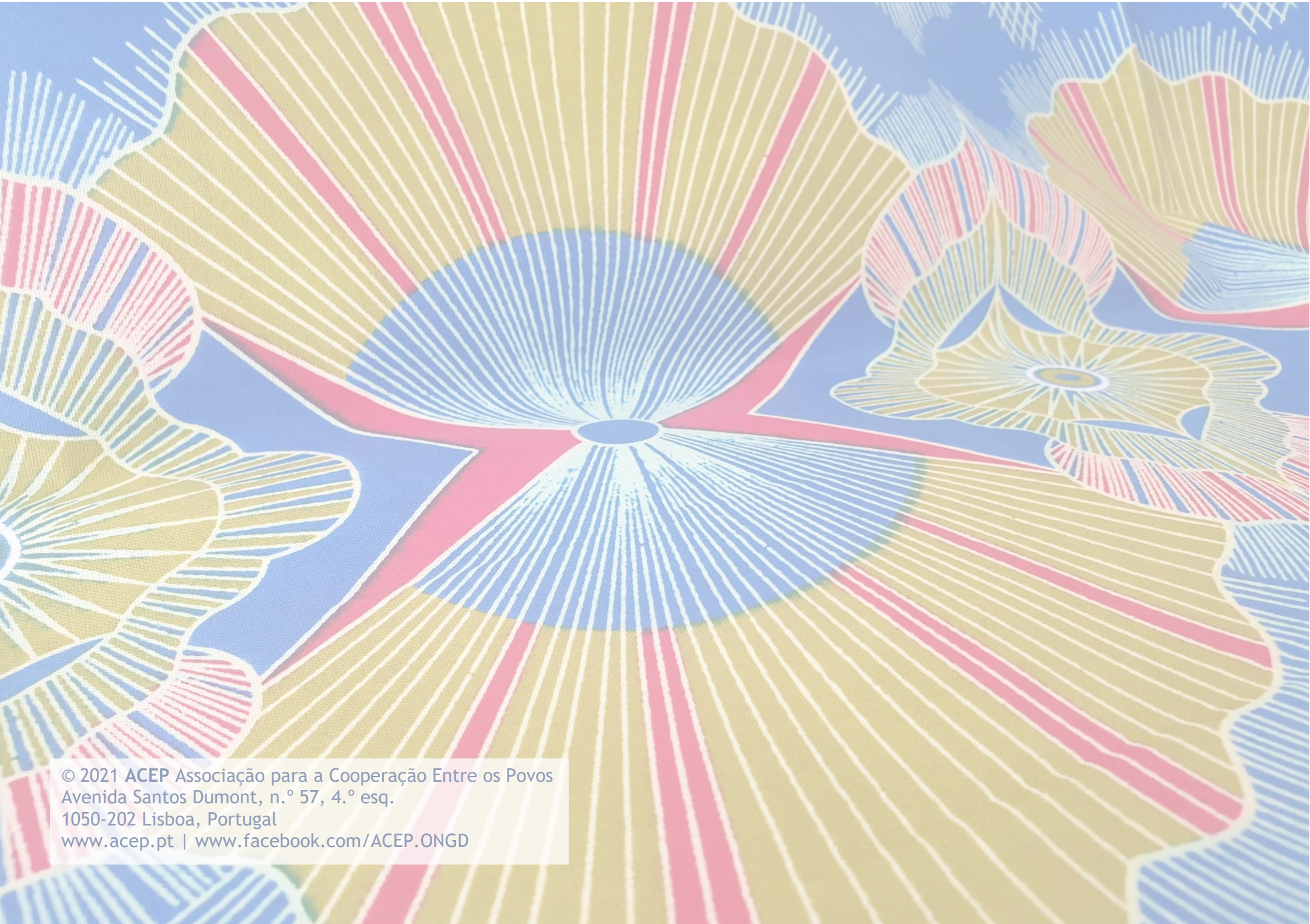
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31/12/2021	31/12/2020
ACTIVO			
Activos fixos tangíveis			
Subtotal		0,00	0,00
Activo corrente			
Inventários		10 977,03	10 998,89
Estado e outros Entes públicos		143,45	94,62
Outras contas a receber		302 875,12	601 027,60
Diferimentos		647,49	647,49
Caixa e depósitos bancários		240 200,64	199 296,11
Subtotal		554 843,73	812 064,71
Total do Activo		**554 843,73**	**812 064,71**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Resultados transitados		12 978,28	26 346,43
Resultado Liquido do período		1 717,81	(13 368,15)
Total do fundo de capital		**14 696,09**	**12 978,28**
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores		6 813,56	2 963,15
Estado e outros Entes públicos		5 039,14	5 180,43
Outras contas a pagar		12 745,96	11 293,83
Outros passivos financeiros/diferimentos		515 548,98	779 649,02
Subtotal		540 147,64	799 086,43
Total do Passivo		**540 147,64**	**799 086,43**
Total dos fundos próprios e do passivo		**554 843,73**	**812 064,71**

Contab. Certif.

LAlves

A Direcção



© 2021 **ACEP** Associação para a Cooperação Entre os Povos
Avenida Santos Dumont, n.º 57, 4.º esq.
1050-202 Lisboa, Portugal
www.acep.pt | www.facebook.com/ACEP.ONGD